Sudeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A Sudeste S.A. ("Companhia"), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, participação em empreendimentos imobiliários, participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

A Companhia não detém nenhum investimento operacional.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em em 28 de fevereiro de 2013.

3. Resumo das políticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento do exercício, que se aproxima do valor justo.

c) Impostos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

d) Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

e) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia não apurou lucro tributável e, conseqüentemente, não obteve base de calculo positiva para imposto de renda e contribuição social.

f) Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

g) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

h) Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

i) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia:

IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;

IAS 19 - Benefícios a Empregados;

IAS 27 – Demonstrações Contábeis Separadas;

IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto;

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros;

IFRS 10 – Demonstrações contábeis Consolidadas;

IFRS 11 – Negócios em Conjunto;

IFRS 12 – Divulgação Sobre Participações em Outras Entidades;

IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo.

Na avaliação da Companhia não são esperados impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Depósitos bancários	35	4
Aplicações financeiras	92.997	19.759
	93.032	19.762

As aplicações financeiras de curto prazo estão constituídas por cotas de fundos de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. A composição da carteira está representada por:

		2012		2011	
	Instituição Financeira	Quantidade de		Quantidade de	
Fundo	Administradora	Cotas	Valor	Cotas	Valor
Tanao	- /\diffinistrationa	Cotas	- Valor		Valor
Opportunity Top DI	Banco Opportunity	-	-	8.864,20499	19.759
Unibanco Top DI	Banco Itaú	37.264,39314	92.997		-
			92.997		19.759

5. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social está representado por 41.378.324 (33.798.324 em 2011) ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembléia, até o limite de R\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

A Assembléia Geral Extraordinária de 23 de janeiro de 2012, aprovou o aumento do capital social em R\$ 80.000, mediante a emissão privada de 80.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 1 por ação, passando o capital social de R\$ 3.096.000 para R\$ 3.176.000.

A Assembléia Geral Extraordinária aprovou outro aumento de capital no dia 11 de dezembro de 2012, mediante a emissão de 7.500.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 0,01 por ação, passando o capital social de R\$ 3.176.000 para R\$ 3.251.000.

b) Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

6. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em comparação com as vigentes no mercado.

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.